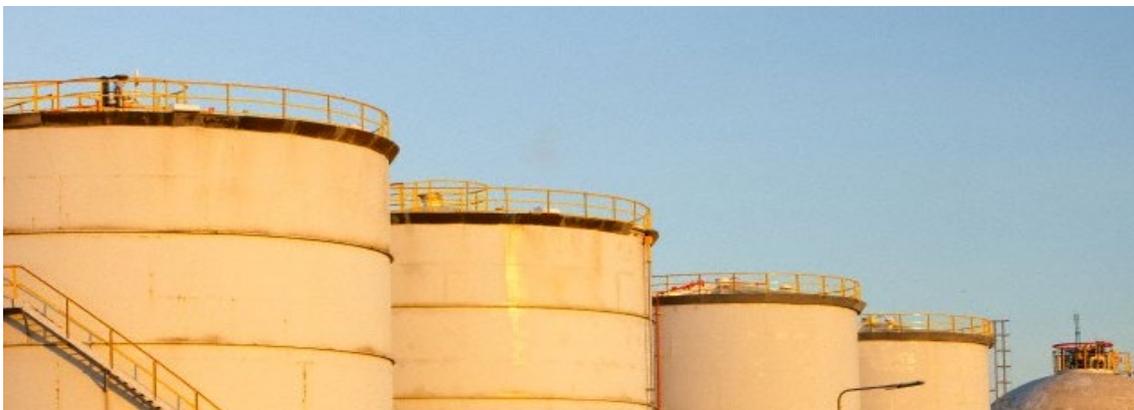


PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO para 2014



(Revisto em Novembro 2014)

I - PLANO DE ATIVIDADES PARA 2014.....	3
A. Controlo da execução de 2013	3
B. Programa de atividades para 2014.....	4
II - RELATÓRIO DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2014.....	6
Enquadramento	6
ANÁLISE DO ANO DE 2013.....	7
ORÇAMENTO PARA 2014	14
Ponto prévio.....	14
Mercado	14
Pressupostos.....	16
Custos.....	16
Proveitos	18
Demonstração Resultados da ECA	18
PRESTAÇÃO UNITÁRIA PROPOSTA	20
III - QUADROS ORÇAMENTO 2014.....	22
PRESSUPOSTOS	22
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	23
FLUXOS DE TESOURARIA	26
IV - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DE GESTÃO - 2014.....	27
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	27
BALANÇO 2012-2014.....	28
FLUXOS DE TESOURARIA 2012-2014	29
PLANO DE INVESTIMENTOS 2012-2016	30
PLANO DE FINANCIAMENTO 2012-2016	30
PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS.....	30
V-SUSTENTABILIDADE NOS DOMÍNIOS SOCIAL, ECONÓMICO, AMBIENTAL E ORGANIZACIONAL.....	31
SÍNTESE CONCLUSIVA.....	31
1. Sustentabilidade Social.....	32
2. Sustentabilidade Ambiental	32
3. Sustentabilidade Económica.....	33
4. Sustentabilidade Organizacional.....	35

I - PLANO DE ATIVIDADES PARA 2014

A. Controlo da execução de 2013

1	Análise das potenciais situações de risco no DPNL	Em curso
2	Colaboração com a DGEG na preparação de textos legislativos no domínio da segurança de abastecimento	Não controlado pela ENMC
3	Proposta de procedimentos de compra alternativos	Idem
4	Planeamento de todas as ações e decisão final sobre a troca da rama de crude armazenada na Alemanha	Idem
5	Análise de alternativas de aumento da cobertura da ENMC	1º Trimestre
6	Finalização da minuta de contrato-tipo de mútuo de reservas	1º Trimestre
7	Análise de possíveis formas de alterar a estrutura de gestão das reservas estratégicas	1º Trimestre

1. Posteriormente à análise do Plano de Emergência Interno do DPNL, reunião em Janeiro de 2013 com o Ministério da Defesa Nacional foi efetuada nova visita ao DPNL tendo-se verificado que existem algumas anomalias já revistas e outras ainda por terminar. Dado que uma das situações de maior risco prende-se com a não existência de uma porta corta-fogo entre 2 instalações elétricas fundamentais em 24 de Outubro de 2013 a ENMC reuniu, de novo, com Tenente Coronel Rosa Pereira no sentido de todas as questões estarem finalizadas até 31.12.2013;
2. Aguardamos a reestruturação do sector público da energia para reiniciar esse processo;
3. Os novos Estatutos da ENMC e a transposição da Diretiva são claros na isenção das normas do CCP para as compras de petróleos ou refinados e celebração de , aplicando-se as regras em vigor nos respetivos mercados, dentro dos valores de transparência a auditabilidade.
4. Com o abandono da caverna na Alemanha, esta deixa de ser uma questão a resolver;

Outras atividades

Para além das atividades acima referidas:

- A ENMC estruturou uma minuta de contrato de mútuo de reservas, a utilizar na eventualidade de libertação de reservas no mercado nacional, no intuito de evitar a venda de reservas – e posterior necessidade de reposição de *stocks*, caso persista o impasse em torno da aplicabilidade do CCP.

- As principais ferramentas informáticas de gestão das reservas e de planeamento e controlo de gestão foram totalmente convertidos em modelos Excel Visual Basic, obtendo-se maior segurança, consistência e eficiência;
- Terminou-se em 12 de Fevereiro de 2013 o processo de rotação do gasóleo armazenado no DPNL, que estava previsto para Janeiro de 2013, todavia tal não foi possível dado as condições atmosféricas.

Com o processo completo assegura-se a manutenção dos padrões de qualidade. Devido à perda de capacidade dos tanques 2.1 e 2.7 por ficou por transferir 3.218,1 m³, armazenados na GALP e pelo qual se paga mensalmente 5.953,50 €. Neste momento já é do conhecimento da ENMC que a reparação dos tanques está a terminar. Nunca se colocou ao DPNL e MDN a referida perda de capacidade, uma vez que a ENMC está a usar a totalidade da capacidade dos *pipeline*. Este processo procedeu à renovação de cerca de 37% dos *stocks* existentes naquela instalação.

B. Programa de atividades para 2014

	DESCRIÇÃO	CALENDÁRIO
1	Reorganização da ENMC com novas competências e recursos	1º Trimestre
2	Relacionamento Internacional	2014
3	Revisão de contratos de armazenagem	Idem
4	Realocação das reservas detidas na Alemanha para Portugal	Idem
5	Compra de Tickets por forma a aumentar a cobertura	2º Trimestre
6	Participação na elaboração de nova legislação	2014
7	Implementação de novo sistema de software:	1º Trimestre

1. Reorganização da ENMC com novas competências e recursos:

- Registo e controlo dos operadores e suas introduções no consumo;
- Controle de execução da legislação em vigor;
- Sistema de controlo e auditoria de reservas;
- Colaboração no *Reporting* à Comissão Europeia;

2. Relacionamento Internacional:

- Maior integração na “rede” da ACOMES de forma a assimilar as boas práticas na organização das reservas, no sector, na celebração de contratos para a

- manutenção à ordem da ENMC de produtos de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que sejam propriedade de terceiros (*tickets*), e na transposição da Diretiva em geral;
- Negociação com Espanha sobre o tema da reciprocidade;
3. Revisão de contratos de armazenagem e de seguros:
- Dada a queda generalizadas dos custos de armazenagem irá a ENMC renegociar todos os contratos de armazenagem que sejam passíveis de renegociação;
 - Incluir nos seguros a cláusula de impacto ambiental;
4. Realocação das reservas detidas na Alemanha para Portugal:
- Concluído em parceria com a Galp até 30 de Junho de 2014;
5. Celebração de contratos para a manutenção à sua ordem de produtos de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que sejam propriedade de terceiros (*tickets*), por forma a aumentar a cobertura:
- Formação sobre este mercado;
 - Participação ativa no mercado de *tickets* europeu até ao limite definido pela tutela e recomendado pelos operadores;
 - Promoção de contrato de *tickets* com operadores portugueses que estejam em condições de os vender;
6. Participação na elaboração de nova legislação:
- Transposição da Diretiva SEVESO III;
 - Qualidade dos combustíveis;
 - Lei de bases do sistema petrolífero;
7. Implementação de novo sistema de *software*:
- Específico para a gestão das reservas e suas prestações;
 - Integração da informação recolhida junto dos operadores e sua utilização para os diversos fins públicos e europeus;
 - Portais de informação pública e reservado aos operadores;

II - RELATÓRIO DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2014

Enquadramento

A formulação da presente revisão do Plano de Atividades e Orçamento para 2014, apresentado em novembro de 2013, decorre da não aprovação da DGTF, atendendo à não inclusão de eventos com impacto financeiro relevantes, mas posteriores à entrega do PAO 2014.

Assim, e tendo subjacente este enquadramento, a ENMC, E.P.E. (EGREP à data da formulação do PAO 2014) vem dar resposta às questões tardiamente manifestadas pela DGTF, re-submetendo novo PAO 2014, que inclui já grande parte do exercício realizado, bem como conhecimento de diversos eventos em sede de enquadramento fiscal que, à data da formulação do PAO 2014, não eram conhecidos, ou relativamente aos quais se aguardava resposta da AT, designadamente:

- a) *Venda de Reservas à Galp.* A operação em causa foi autorizada em Dezembro de 2013, no mês seguinte à entrega do PAO 2014. Ora, na data em que o PAO2014 foi entregue, não existia, ainda, autorização de venda, sendo que essa autorização poderia ter sido só dada em 2014, portanto com impacto fiscal no ano de 2015 ou até não ser autorizada de todo. Por esse motivo, não se colocou no orçamento uma expectativa que poderia nunca ser concretizada.

- b) *Acertos na liquidação de IRC por parte da AT, relativamente aos exercícios de 2009 e 2010.* Os acertos em causa apenas ocorreram, respetivamente, em Maio e Junho de 2014, não sendo, de forma alguma, previsíveis na data da apresentação da proposta de orçamento (novembro de 2013). Contudo, os montantes em causa já foram objeto de pedido de pagamento em prestações, que foi deferido em setembro de 2014, pelo que o seu impacto na tesouraria disseminar-se-á pelos exercícios de 2015 a 2017.

- c) *Acertos na liquidação de IRC por parte da AT, relativamente ao exercício de 2011.* Também, neste caso, os acertos em causa apenas ocorreram em Junho de 2014, não sendo, também previsíveis no momento em que foi entregue a proposta de orçamento. Da mesma forma, neste caso os montantes em causa já foram objeto de pedido de pagamento em prestações, aguardando-se o seu muito provável diferimento, pelo que o seu custo disseminar-se-á pelos exercícios subsequentes.

Os acertos referidos nas alíneas b) e c) ascendem a cerca de 3,4 M€, valor que já inclui dívida exequenda, custas e juros.

O anterior documento, formalizado em 1 de novembro de 2013, presumia que a Diretiva 2009/119 CE do Conselho, de 14 de Setembro de 2009, estaria transposta até ao final do corrente ano, assim como os novos Estatutos da ENMC E.P.E., circunstância que veio a acontecer em 16 de dezembro de 2013, através da publicação do Decreto-lei nº 165/2013, em que se procedia à reestruturação da EGREP: renomeando-a para ENMC e publicando novos Estatutos, procedendo ao alargamento das suas competências, na sequência dos processos de reestruturação da DGEG e LNEG. Esta transferência de competências ainda não se conclui, pois pese embora as Leis Orgânicas das respetivas com entidades já tenha sido publicada, em agosto de 2014, aguarda-se a publicação das portarias com os estatutos da DGEG e do LNEG que formalizarão a transferência dessas competências.

ANÁLISE DO ANO DE 2013

Mercado

O ano em curso voltou a caracterizar-se pela queda das introduções no consumo de todos os produtos sujeitos a obrigação de reservas.¹

Cat	2011		2012		2013	
	orç.	real	orç.	real	orç.	real
A	-3,2%	-9,4%	-5,0%	-8,5%	-3,0%	-2,0%
B	3,6%	-5,4%	-2,0%	-6,5%	-1,5%	-0,9%
C	-5,0%	-17,5%	-10,0%	-17,1%	-15,0%	-34,3%
D	-3,0%	-11,8%	-3,0%	-4,6%	-3,0%	-4,0%

Na medida em que a ENMC orçamenta resultados nulos, uma queda dos consumos superior às previsões, significa que os proveitos decorrentes das prestações faturadas aos operadores são insuficientes para cobrir a totalidade dos custos.

Resultados ENMC

Evolução de Custos 2013

A evolução para os resultados da ENMC foi a seguinte:

¹ As taxas previstas de variação dos consumos por categorias resultam das estimativas anualmente pedidas aos principais operadores. A exceção foi o ano de 2010.

	Resultados ENMC 2013		Δ Real/Orç13	
	(K€)		K€	%
	Orçamento 2013	Real 2013		
Vendas	0	179.516	179.516	
Prestação de Serviços	38.951	38.141	-810	-2%
Outros Proveitos	328	2.228	1.900	
Total de Proveitos	39.279	219.885	180.606	
CMVC		69.987	69.987	
FSE's - Subcontratos	20.708	22.291	1.583	8%
Outros FSE's	471	456	-15	-3%
Gastos com Pessoal	296	335	39	1%
Amortizações	22	5	-17	
Out gastos Oper- Fundo Est.	1.498	1.498		
Total Custos Operacionais	22.995	94.572	71.577	
Custos Financeiros Líquidos	16.237	125.300	109.063	
<i>Excluindo Custos Derivado</i>	<i>1.396</i>	<i>978</i>	<i>-418</i>	<i>-30%</i>
Custos Exercícios anteriores	0	10	10	
Total Custos	39.232	219.882	180.650	
<i>Excl Custos Derivado e CMVC</i>	<i>24.391</i>	<i>25.563</i>	<i>1.172</i>	<i>5%</i>
Resultado antes Impostos	47	3		

Já após a entrega da versão inicial do PAO 2014, no decorrer do mês de Dezembro de 2013, tal como referido na alínea a) do Enquadramento acima referido (pg.6), a ENMC efetuou uma venda de 313,479 Kton de crude nas seguintes condições: 191,6Kton com a cotação de 573,71€/ton e 121,9Kton com a cotação de 571,01€/ton. Essa mais valia permitiu liquidar o empréstimo do IGCP de 122 M€.

A ENMC recorreu a venda de reservas de crude armazenados na Alemanha para lhe permitir liquidar a operação específica do Tesouro (OET), cujo capital foi utilizado na liquidação do derivado.

A prestação de serviços regista um desvio orçamental desfavorável de 2,0% (810 K€) devido à queda continuada das Introduções ao Consumo. Houve necessidade de incorporação de um acréscimo de proveitos de 1.770 K€ para fazer face ao *deficit* de exploração.

O custo da venda de crude não orçamentado está contabilizado ao custo médio de aquisição de 223,26€/ton, no valor de 69.987K€.

Os proveitos suplementares provenientes das reservas feitas por conta dos operadores registaram um desvio favorável de 40%, o que traduz um aumento da quota de mercado

destes pequenos operadores que têm vindo a aumentar as introduções ao consumo e aos quais a ENMC se substitui na constituição de reservas.

Os custos operacionais evidenciam um desvio desfavorável devido a custos incorridos e não orçamentados com a movimentação do restante gasóleo do Polnato em 2013 (141,4K€), custos não orçamentados de *handling* com a operação de venda do crude (1.053,1K€) e ainda um custo adicional com *tickets* de crude no valor de 332,1K€ (necessário para a manutenção do nível de reservas).

O desvio desfavorável de 13%, dos custos com o pessoal, deve-se essencialmente a custos de rescisão/indemnização, conforme enquadrado pela RCM 40/2013, cujo valor totalizou 51.513,12€, não compensados pela inexistência de custo com administrador não executivo. O custo real dos custos com o pessoal (excluindo indemnização) foi de -4,4% face ao orçamento.

Assim, tendo em consideração os custos operacionais totais no valor de 94.572 K€, corrigidos dos valores não orçamentados (71.565 K€), resulta um total de custos operacionais de 2013, no valor de cerca de 23.007 K€, em linha com o orçamento de 2013 (+12K€).

A rubrica de resultados financeiros regista um forte desvio desfavorável reflexo da contabilização da liquidação do derivado (122M€) não obstante a diminuição da especialização do custo com o *hedging* (de 06/02 a 06/06: -5,3M€).

O resultado antes de impostos aponta para um resultado positivo de 2,5K€ que traduz essencialmente a queda dos proveitos (-2,1%), o incremento dos custos operacionais, designadamente subcontratos e contratos para a manutenção à ordem da ENMC de produtos de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que sejam propriedade de terceiros (*tickets*), e o desvio desfavorável registado na rubrica de custos financeiros, conforme explicado.

O resultado líquido do exercício foi fortemente penalizado pelo IRC do exercício (11,9M€) já que a Autoridade Tributária considerou dever tributar as mais-valias da venda do crude Ural e, também contribuiu para este apuramento de IRC, o limite máximo de dedutibilidade dos custos financeiros permitido pelo fisco neste exercício.

A autoridade fiscal permite ainda a dedução destes custos financeiros por mais 4 exercícios seguintes.

Balanço 2013

	(K€) Dezembro		
	2014 Orç	2013 Real	desvio
Despesas de instalação			0
Equipamento administrativo	172	171	0
Investimentos financeiros	10.100	10.100	0
Amortizações	106	88	-17
	10.166	10.183	17
GPL	3.262	3.262	0
Gasolina	24.143	24.143	0
Gasóleo	139.730	139.807	77
Fuel óleo	0	0	0
Crude	182.467	112.480	-69.987
	349.602	279.692	-69.910
Clientes c/c	4.768	72.665	67.897
Estado	605	0	-605
Outros devedores	0	0	0
	5.373	72.665	67.292
Aplicações de tesouraria	23.100	17.100	-6.000
Juros a receber	388	373	-15
Depósitos bancários	2.532	1.206	-1.326
Caixa	1	1	1
	2.533	1.207	-1.325
Acréscimos de proveitos	1.744	5.894	4.150
Custos diferidos	21	25	4
	1.765	5.919	4.154
TOTAL DO ACTIVO LÍQUIDO	392.927	387.140	-5.787
Capital estatutário	250	250	0
Reservas livres	5.718	5.903	185
Fundo c) artº5º DL 339-D/2001	13.794	13.794	0
Resultados transitados	2.486	2.473	-13
Capital + reservas	22.249	22.421	172
Resultado líquido	34	-11.894	-11.928
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	22.283	10.527	-11.756
Fundo de Provisão	0	0	0
Provisões para impostos	0	0	0
Outras provisões	0	0	0
	0	0	0
Dívidas a Inst. de Crédito m/l prazo	366.608	360.019	-6.588
Dívidas a Inst. de Crédito c/ prazo	0	0	0
Fornecedores c/c	0	608	608
Fornecedores de imob c/c	0	0	0
Estado	2.036	13.191	11.155
Outros credores	43	38,290	-5
	2.079	13.838	11.759
Acréscimos de custos	1.957	2.755	798
Proveitos diferidos	0	0	0
	1.957	2.755	798
TOTAL DO PASSIVO	370.644	376.613	5.969
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	392.927	387.140	-5.787

No que toca ao desempenho orçamental patrimonial evidenciam-se:

- Redução do valor das reservas de crude em inventário (69.987K€) que decorre da venda de 313,479 Kton de crude;
- Acréscimo no inventário do gasóleo no valor de 77 K€ que corresponde ao gasto realizado durante a última fase de rotação do gasóleo em Fevereiro, com impacto na vida útil do produto, conforme assinalado em relatórios anteriores;
- Aumento do saldo em aberto na rubrica clientes considerando que parte das reservas vendidas (121,9Kton), cujo valor ascende a 69.596K€, têm um prazo de pagamento a 90 dias, ou seja, foram liquidadas pela Petrogal em 31/03/2014;
- Redução das disponibilidades de tesouraria, devido essencialmente ao esforço com a liquidação do derivado: a este propósito relembra-se que dos 14,8M€ de custo orçamentado com o derivado, contabilizou-se um custo de cerca de 1,5M€ (01/01 até 06/02), mas a ENMC liquidou cerca de 7,7M€ (período de 06/08/2012 a 06/02/2013), o que gerou um esforço de tesouraria acrescido de 6,2 M€, praticamente a diferença orçamental registada nas aplicações financeiras (CEDIC's); a restante diferença verificada em depósitos à ordem, decorre do decréscimo de proveitos (-2,1%) fruto da quebra das introduções ao consumo;
- A diferença nas dívidas a Instituições de crédito de médio longo prazo (-6,6M€) deve-se à eliminação da especialização de juros do derivado (06/08/2013 a 31/12/2013);

Fluxos de Tesouraria 2013

	(k€)	Dezembro (acumulado)	
		2014 Orç	2013 Real
Actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	50.146		158.667
Pagamentos a fornecedores	-21.228		-21.240
Pagamentos ao pessoal	-162		-170
Fluxo gerado pelas operações	28.757		137.257
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	0		180
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	-9.368		-9.405
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	19.389		128.032
Recebimentos relacionados com as rubricas extraordinárias			
Pagamentos relacionados com as rubricas extraordinárias			
Fluxos das actividades operacionais (1)		19.389	128.032
Actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de			
Juros e proveitos similares	592		601
Sub-total	592		601
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros			
Imobilizações corpóreas	85		-75
Imobilizações incorpóreas			
Sub-total	85		-75
Fluxos das actividades de investimento (2)		677	526
Actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Empréstimos obtidos			122.080
Aumento de capital			
Subsídios de doações			
Vendas de acções (quotas) próprias			
Cobertura de prejuízos			
Juros e prov. similares			
Dividendos			
Sub-total	0		122.080
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos			-122.080
Amortização de contratos de locação financeira			
Juros e custos similares	-16.982		-132.621
Sub-total	-16.982		-254.701
Fluxos das actividades de financiamento (3)		-16.982	-132.621

Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	3.084	-4.063
Efeito do custo amortizado em Caixa e equivalentes no período	0	3
Efeito do custo amortizado em Caixa e equivalentes no período anterior	0	-37
Efeitos das diferenças de câmbio		0
Caixa e seus equivalentes no início do período	22.739	22.404
Caixa e seus equivalentes no fim do período	25.822	18.307

O mapa de fluxos de tesouraria reflete, essencialmente, um desempenho favorável dos recebimentos em função da venda de reservas de crude recebido, neste ano, no valor de 110M€, apesar da quebra de proveitos.

Em termos de pagamentos deve-se relevar o pagamento do empréstimo do IGCP no valor de 122M€, a liquidação do derivado no mesmo valor, os juros do empréstimo obrigacionista (cerca de 2,2M€), os juros pagos com o derivado (cerca de 7,7M€) e os juros pagos com a OET (cerca de 701K€).

No final do período, verifica-se um desvio orçamental acumulado desfavorável de cerca de 7,5M€ (-29%).

Reservas

As reservas da ENMC, que não variaram ao longo do ano, apresentavam o seguinte perfil, considerando a obrigação de reservas para 2013:

(kMT)	RESERVAS			Distribuição de Reservas		
	em crude	em produto	TOTAL	obrigação nacional	artº 10º DL 10/01	cobertura adicional
Categoria A	160	51	211	115	0,7	103
Categoria B	445	248	693	555	4,7	133
Categoria C	98		98	46	2,2	50
Categoria D	18	9	27	18	0,0	9

A cobertura sem custo adicional corresponde a:

Cat	dias
A	30
B	8
C	36
D	5

Qualidade das reservas de produtos

A manutenção da qualidade das reservas armazenadas com a PETROGAL constitui responsabilidade contratual da depositária. Quanto aos *stocks* de gasóleo armazenados no DPNL, após a rotação efetuada, os parâmetros de qualidade (média ponderada) eram os seguintes:

	SPECS		Média Ponderada dos parâmetros observados
	min	max	
Density (15°C) kg/m ³	820	845	839,4
Flash point ° C	55		73,3
Water Karl Fisher % m/m		0,02	0,005
Rec at 250° C % v/v		65	32,6
Rec at 350° C % v/v	85		93,9
95% recovered ° C		360	354,5
Cetane index calculated	46		52,0
Appearance			B&C
Colour			yellow
Total contamination mg/kg		24	7,3
Oxidation stability g/m ³		25	3,5
Bacteria			nil
Fungi			nil
Yeast			nil
Sulphur content mg/kg		10	6,6

max **min**
8,2 4,7

Constata-se que os parâmetros de qualidade observam as especificações legais em vigor.

ORÇAMENTO PARA 2014

Ponto prévio

O presente documento, referente ao Orçamento de 2014 - Revisto, parte das contas reais da contabilidade acumuladas até Setembro e a estimativa do último trimestre do ano de 2014.

No âmbito do orçamento de 2014, a ENMC passou a calcular as prestações unitárias de forma diferente. O cálculo passou a ser feito pelo quociente entre os custos totais apurados por categoria de produto e as reservas totais também por categoria de produto.

As previsões das introduções ao consumo deixam de ser utilizadas para efeitos de cálculo dos proveitos e prestações unitárias.

Relembra-se que estas reservas totais incluem não só os *stocks* físicos, propriedade da ENMC, bem como *tickets* contratados (contratos para a manutenção à ordem da ENMC de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que sejam propriedade de terceiros).

A unidade de referência (quantidades) passa a ser indicada em *coe*.

A filosofia subjacente a este novo enquadramento prevê a cedência da totalidade de reservas da ENMC aos operadores.

Este novo enquadramento assenta no pressuposto de que a ENMC para além dos 30 dias de reservas estratégicas, constitui para todos os pequenos operadores os 60 dias até a Obrigação Nacional, e de que as reservas remanescentes serão rateadas pelos grandes operadores, resultando assim na recuperação total dos custos da ENMC.

Mercado

Com base nas introduções ao consumo reais realizadas pelos operadores em 2013 (base para a obrigação de reservas em 2014), projetou-se o seguinte perfil de cobertura para o ano de 2014:

1º Semestre 2014:

K Ton Coes	Reservas ENMC			
	em crude	em produto	Total Ton Coe	Total Dias
Categoria A	153	49	202	
Categoria B	435	238	673	
Outros	104	9	113	
Totais	692	296	988	40,0

2º Semestre 2014:

K Ton Coes	Reservas ENMC			
	em crude	em produto	Total Ton Coe	Total Dias
Categoria A	190	49	239	
Categoria B	541	238	779	
Outros	130	9	139	
Totais	861	296	1157	46,8

Ou, em dias de cobertura:

1º Semestre 2014:

	Distribuição de reservas					
	Todos Op.		Pequenos Op.		Rateio Grandes Op.	
	Ton coe	Dias	Ton coe	Dias	Ton coe	Dias
		IC's		IC's		IC's
Categoria A	94	30	7	60	101	13,5
Categoria B	482	30	42	60	148	13,5
Outros	74	30	9	60	30	13,5

2º Semestre 2014:

	Distribuição de reservas					
	Todos Op.		Pequenos Op.		Rateio Grandes Op.	
	Ton coe	Dias	Ton coe	Dias	Ton coe	Dias
		IC's		IC's		IC's
Categoria A	94	30	7	60	138	21,6
Categoria B	482	30	42	60	255	21,6
Outros	74	30	9	60	55	21,6

Evolução dos custos da ENMC

Custos Orçamentados para 2014 (K€)				
		2013	2014	Δ %
CMVC		69.987	23.002	-67%
Armazenagem		21.959	16.687	
Tickets		332	6.032	
Tot. Armazenagem		22.291	22.719	2%
Outros FSE		455	675	48%
Pessoal		335	321	-4%
Amortizações		5	30	
Dotação Fundo Estatutário		1.498		-100%
Provisões		0	3.219	
Custos exercícios anteriores		12	1.339	
Custos operacionais		94.583	51.305	-46%
Custos financeiros líquidos		125.300	848	
Custos Totais		219.883	52.153	-76%

Pressupostos

Os pressupostos macroeconómicos foram obtidos junto do Documento de Estratégia Orçamental para 2014.

Os pressupostos micro económicos foram ajustados em função da evolução real verificada durante os nove primeiros meses do ano e as estimativas para o último trimestre de 2014.

Custos

No que respeita aos custos de armazenagem destaca-se:

- um custo total de armazenagem em Portugal que ascenderá a 15,6M€ - a redução relativamente a 2013 decorre essencialmente da renegociação do custo de armazenagem de crude e produtos junto da Petrogal (custo médio unitário de armazenagem inferior);
- um custo de armazenagem no exterior (Alemanha) que terminou em Junho e que ascendeu a 1,1M€ - no que toca a este ponto assinalamos que se procedeu à troca de ramas de crude URAL por *Basrah Light* (em quantidades semelhantes – o mesmo valor)

e que a nova rama foi armazenada na Petrogal a um custo unitário idêntico ao existente na Alemanha (custo muito inferior ao interno);

Outro custo representativo com as reservas são os custos com aquisição de *tickets* no valor global de 6M€.

Os custos acima identificados são FSE's designados por subcontratos e representam 84% dos custos operacionais totais, não contando com os CMVC's.

No que concerne aos outros custos com FSE's, estima-se que ascendam a 675K€ e a diferença para o ano de 2013 reflete, sobretudo, um acréscimo de custos com honorários e com trabalhos especializados (representa 2,5% dos custos totais operacionais, descontado os CMVC's).

Os custos com o pessoal, previstos até final de 2014, não deverão ultrapassar os 321,1K€, inferior aos custos totais com pessoal em 2013 (empolados pela indemnização ao ex-presidente quando da sua saída) não obstante a entrada de pessoal na ENMC designadamente no último semestre de 2014.

Não foi efetuado o "custo" com o fundo estatutário (presente como custo nos estatutos da ENMC mas não reconhecido como tal pela Autoridade Tributária).

As amortizações deverão registar o valor de 30K€ pouco significativo mas que reflete uma subida relativamente a 2013 fruto do investimento em curso.

Foi constituída uma provisão do exercício de 3,2M€ para acomodar IRC a liquidar respeitante aos exercícios de 2009, 2010 e 2011 e a estimativa de correção do imposto IRC de 2013 associado ao fundo estatutário (realizado pela ENMC em 2013 mas, até agora, não reconhecido como custo fiscal pela Autoridade Tributária). No exercício de 2015 será efetuada nova provisão.

Irá ser constituído um custo com exercícios anteriores para acomodar, maioritariamente, o custo acrescido de 2013 (1M€) - não estimado e que decorreu da movimentação da operação de venda de crude *Ural* do final de 2013, não recuperado junto dos operadores no decorrer do ano de 2014.

É importante, salientar que as mais-valias ou menos valias patrimoniais com origem, por exemplo, em compra ou venda de reservas ou anulação de contratos *swap*, não são levadas a crédito ou a débito das prestações unitárias, dado que as mesmas se obtêm como recuperação dos custos de gestão e manutenção de reservas.

Proveitos

Podem ser decompostos em dois tipos:

1. *Vendas*: proveito decorrente das operações de venda:

- Operação de troca das ramas de crude, venda da rama Ural (83,6Kton) e compra de *Basrah Light*;
- Operação de venda de 3Kton de gás butano.

2. *Prestação de serviços*: proveito obtido através das reservas ENMC cedidas aos operadores durante o ano e as prestações unitárias ora propostas.

Demonstração Resultados da ECA

	RESULTADOS ENMC 2014 (K €)		△	Est. 14/Orç.13	
	Real 2013	Orç. 2014		K €	%
Vendas	179.516	50.432	-129.084		
Prestação de Serviços	38.141	27.393	-10.748	-28%	
Rendimentos suplementares	458				
Acréscimo de proveitos	1.770				
Total de Proveitos	219.885	77.825	-142.060	-65%	
CMVC	69.987	23.002	-46.985		
Custos Operacionais	24.584	26.964	2.380	10%	
Custos Exercícios Anteriores	12	1.339	1.327		
Custos Financeiro Líquidos	125.300	848	-124.452		
<i>Excluindo Custos Derivado</i>	978	0	-978	-100%	
Total Custos	219.883	52.153	-167.730		
Resultados antes de impostos	2	25.672	25.670		
Imposto s/ rendto exercício	11.896	4.382	-7.514		
Resultado Líquido do exercício	-11.894	21.290	33.184		

A conta de Resultados traduz a evolução dos custos e proveitos acima descritos.

As diferenças entre a conta de resultados de 2013 e a estimada para 2014 encontram as seguintes justificações:

As rubricas de vendas e CMVC's dos anos de 2013 e previsão de 2014 não são comparáveis: em 2013, realizou-se uma venda substancial de crude, enquanto em 2014, a ENMC apenas está a ajustar as suas posições de reservas de *stock*: a troca de ramas (venda *Ural* 83,6Kton) e a venda de 3Kton de GPL.

A evolução negativa da prestação de serviços decorre da redução da prestação unitária, resultado da diminuição de custos - eliminação do derivado em 2013, gerou “poupança” avultada de custos financeiros.

A evolução dos restantes custos foram discriminados e analisados na rubrica *Custos*, acima referida.

A redução da função financeira decorre da eliminação do derivado, conforme referido, e ainda da redução dos juros do empréstimo obrigacionista devido à contínua queda do indexante associado – Euribor a 6 meses.

O resultado antes de impostos em 2013, próximo do zero, é explicado pelo acréscimo de proveitos (1,7M€) - no fundo o prejuízo atribuído à atividade corrente e que deve ser recuperado junto dos operadores (em 2014, apenas se está a recuperar 791K€ implícitos nas prestações unitárias).

O IRC, aplicado pela Autoridade Tributária em 2013, deve-se à tributação das mais-valias e limites de dedutibilidade dos custos financeiros, conforme já foi indicado acima.

O resultado antes de impostos de 25,7 M€ previsto para 2014 decorre, sobretudo, das mais-valias subjacentes às operações de venda da rama *Ural* e gás butano.

O imposto sobre o rendimento do exercício (IRC) estimado teve em conta as mais-valias geradas e a dedutibilidade de custos financeiros respeitantes à operação de venda de 2013 aceites pelo fisco (ainda poderão ser utilizadas por mais 3 exercícios).

Demonstração Resultados da ECA, expurgada de operações de venda:

	K€	Orç. 2014
Vendas		
Prestação de Serviços		27.393
Rendimentos suplementares		
Acréscimo de proveitos		
Total de Proveitos		27.393
CMVC		
Custos Operacionais		26.964
Custos Exercícios Anteriores		1.339
Custos Financeiro Líquidos		848
<i>Excluindo Custos Derivado</i>		0
Total Custos		29.151
Resultados antes de impostos		-1.758

A conta de resultados expurgada, prevista para 2014, tem como objetivo demonstrar que a ENMC tem um *déficit* estimado de exploração corrente de 1,8M€, a repassar aos operadores.

Considerando as prestações propostas e as reservas cedidas obteve-se proveitos não suficientes para cobrir os custos totais estimados.

Este *deficit* é o resultado de um acordo com os operadores, relativo à liquidação da correção de IRC exercícios anteriores, conforme referido anteriormente, a incluir em 2 vezes nas prestações unitárias em 2014 e 2015. Recorde-se que a ENMC tem acordado com a AT o seu pagamento a 36 meses. Estes 1,8 M€ são 50% dessa liquidação que, conforme tem sido prática corrente deverá ser incorporado nas prestações a calcular para 2015.

Conforme referido na alínea b) do Enquadramento do ponto II - Relatório do Orçamento (pg. 6) e tal como acordado com os operadores os acertos na liquidação do IRC, conhecidos em Maio e Junho de 2014, irão ser refletidos nos anos subseqüentes.

PRESTAÇÃO UNITÁRIA PROPOSTA

A ENMC propõe como prestações unitárias para 2014 os seguintes montantes em €/mês/Ton Coe:

(€/ton coe/mês)	2014
GASOLINA	
Reservas ENMC (Quantidade: Kton coe)	221
gastos do produto (k€)	1.990
gastos imputados (k€)	4.079
	2,22
gasto unitário (€/ton)	2,29
GASÓLEO	
Reservas ENMC (Quantidade: Kton coe)	726
gastos do produto (k€)	7.073
gastos imputados (k€)	10.878
	2,00
gasto unitário (€/ton)	2,06
OUTROS (FUEL ÓLEO + GPL)	
Reservas ENMC (Quantidade: Kton coe)	126
gastos do produto (k€)	884
gastos imputados (k€)	1.791
	1,78
gasto unitário (€/ton)	1,78
	1,82

Para melhor compreensão, e comparação, apresenta-se também o custo €/mês/Ton de 2013 vs os custos unitários da ECA (€/TCoe) para 2014:

	2013	2014	14/13	
Custo unitário (€/Tcoe/mês)				
GPL *	4,23	1,82	-2,41	-57%
Gasolina	3,78	2,29	-1,49	-39%
Gasóleo	3,59	2,06	-1,53	-43%
Fuel	2,34	1,82	-0,52	-22%

As prestações da ECA propostas para 2014, acima indicadas resultam da soma de 2 parcelas:

- Recuperação dos custos totais;
- Recuperação de perdas do exercício anterior;

As prestações indicadas em 2013 correspondem às prestações equivalentes (às aprovadas para o exercício de 2013), recalculando-as de acordo com o novo enquadramento procedimental.

Com este exercício pretende-se torná-las comparáveis e permitir ter uma perceção da redução real do custo, entre os dois anos, para os operadores.

III – QUADROS ORÇAMENTO 2014

PRESSUPOSTOS

	2013	2014
Int. ao Consumo (KMT)	(REAL)	(ORÇ)
GPL	551	532
GASOLINAS	1.100	1.084
GASÓLEOS	5.508	5.533
FUEL ÓLEOS	310	248
Varição Anual dos Consumos		
GPL	-3,6%	-3,0%
GASOLINAS	-1,9%	-1,4%
GASÓLEOS	-1,8%	-0,6%
FUEL ÓLEOS	-32,1%	-17,3%
Contratação de Res Delegadas (KMT)		
GPL		
GASOLINAS		
GASÓLEOS		61,9
FUEL ÓLEOS		10,0
CRUDE D(interno)	312,6	334,5
CRUDE D(externo)		
CRUDE AIE		
Taxa de Inflação	1,40%	0,04%
Euribor 6 M	0,40%	0,19%
Spread (bp)	7,5	7,5
Remuneração de Aplicações	2,5%	2,4%
Taxa de Câmbio \$USD/€	0,77	0,73
IVA (Taxa Normal)	23,0%	23,0%
IVA (Taxa Intermédia)	13,0%	13,0%
IVA (Taxa Reduzida)	6,0%	6,0%
Taxa de Retenção na Fonte	28,0%	25,0%
Dotação p/ Fundo Estatutário (% prest.base)	4,0%	0
IRC	29,0%	31,0%
Cotação de Produtos Petrolíferos		
	2013	2014
brent (\$/MT)	830,01	760,66
GPL	757,68	689,00
GASOLINAS	1.006,68	896,75
GASÓLEOS	946,56	834,50
FUEL ÓLEOS	625,98	554,50
CRUDE D(interno)	829,01	759,66
CRUDE(externo)	828,01	758,66
CRUDE AIE		758,66
Custo Unitário de Armazenagem		
	(€/M T/mês)	
GPL	5,88	5,88
GASOLINAS	2,45	2,45
GASÓLEOS	2,19	2,19
GASÓLEO (pol nato)	0,93	0,96
GASÓLEO (CLH)	0,00	0,00
FUEL ÓLEOS	0,00	1,71
CRUDE D (interno)	2,38	2,38
CRUDE D (interno): 397 kton	0,46	0,47
CRUDE AIE	0,00	0,00
Custo de Delegação Tickets		
	(€/M T/mês)	
GPL	0,00	0,00
GASOLINAS	0,00	0,00
GASÓLEOS	0,00	1,10
FUEL ÓLEOS	0,00	0,80
CRUDE D	1,06	2,08

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(K€)

	Orç 2014	2013 (Real)	(Orç 2014 vs 2013 (Real))	
			≠	%
RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS				
Venda de produtos	50.432	179.516		
Prestação de serviços	27.393	38.141	-10.747	-28,2%
Rendimentos suplementares	0	458	-458	-100,0%
Trabalhos para a própria empresa	0	0		
Acréscimo de ganhos	0	1.770	-1.770	-100,0%
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	77.825	219.885	-142.060	-64,6%
GASTOS OPERACIONAIS				
CMVC	23.002	69.987		
Fornecimentos e serviços externos				
Subcontratos	22.719	22.291	428	1,9%
Outros FSE	675	455	220	48,3%
Gastos com pessoal	321	335	-14	-4,2%
Amortizações	30	5	25	509,7%
Provisões	3.219	0	3.219	100,0%
Impostos indirectos	0	0		
Dotação p/ fundo estatutário	0	1.498	-1.498	-100,0%
TOTAL DE GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS	49.966	94.572	-44.605	-47,2%
RESULTADOS OPERACIONAIS	27.859	125.314	-97.455	-77,8%
Rendimentos de aplicações financeiras	741	766	-25	-3,3%
Outros juros obtidos e proveitos similares	0	0		
Cobertura de risco de taxa de juro (ganhos)	0	0		
Diferenças de câmbio favor. e outros ganhos fin.	0	0		
Cobertura de risco de taxa de juro (perdas)	0	124.323	-124.323	-100,0%
Diferenças de câmbio desfavor. e outros perd fin.	0	0		
Juros suportados e custos similares	1.589	1.744	-155	-8,9%
RESULTADOS FINANCEIROS	-848	-125.300	124.452	-99,3%
ganhos de exercícios anteriores	0	0		
perdas de exercícios anteriores	1.339	11	1.328	12255,9%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	25.672	3	25.670	1026536%
Imposto sobre o rendimento do exercício	4.382	11.896	-7.514	-63,2%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	21.290	-11.894	33.184	-279,0%

BALANÇO

(K€)

	2013 (Real)	2014 (Orç)
Activos intangíveis		
Activos tangíveis	171	247
Investimentos financeiros	10.100	10.100
Amortizações	88	118
	10.183	10.229
GPL	3.262	2.175
Gasolina	24.143	24.143
Gasóleo	139.807	169.058
Fuel óleo		21.091
Crude	112.480	159.041
	279.692	375.508
Cientes c/c	72.665	391
Estado		10.849
Outros devedores		
	72.665	11.240
Aplicações de tesouraria	17.100	
acrécimo de rend de aplicações	373	383
Depósitos bancários	1.206	2.779
Caixa	1	1
	1.207	2.780
Devedores e credores por acréscimos	5.894	4.873
Gastos a reconhecer	25	28
	5.919	4.901
TOTAL DO ACTIVO LÍQUIDO	387.139	405.041
Capital estatutário	250	250
Reservas livres	5.903	
Reservas estatutárias - Fundo c) artº 5º DL 339-D/2001	13.794	13.794
Resultados transitados	2.473	-3.517
Capital + reservas	22.421	10.527
Resultado líquido	-11.894	21.290
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	10.527	31.817
Fundo de Provisão		
Provisões para impostos		3.219
Outras provisões		
		3.219
Empréstimo p/ obrigações	360.019	360.002
Empréstimos bancários		
Fornecedores c/c	608	884
Fornecedores de imob c/c		0
Estado	13.191	5.501
Outros credores	38	52
	13.838	6.438
Credores por acréscimos de gastos	2.755	3.566
	2.755	3.566
TOTAL DO PASSIVO	376.613	373.225
TOTAL CAP.PRÓPRIO E DO PASSIVO	387.140	405.041

As principais rubricas a assinalar para o ano de 2014 são:

- A compra de produto (Gasóleo: 50Kton; fuelóleo: 45Kton e Crude Pazflor: 35,3Kton) à Petrogal realizada em 31/03 por contrapartida do saldo em aberto na conta de clientes maioritariamente atribuível a este operador – reflete-se no inventário;
- A troca de ramas de crude de *Ural* para *Basrah Light* – reflete-se no inventário;
- Saldo elevado na conta Estado (Ativo) respeitante ao IRC, PC e PEC;
- A forte redução das disponibilidades resultado do pagamento de IRC, PC e PEC;
- Alteração da situação líquida devido ao resultado líquido a obter em 2014;
- Constituição da provisão – a ser amortizada com plano de pagamento de IRC de 2009 e 2010 que se iniciou em Setembro de 2014 por 36 meses, conforme referido na alínea a) do Enquadramento do ponto II - Relatório do Orçamento (pg. 6). Nota: foi solicitado idêntico plano de pagamento para o IRC de 2011, conforme referido na alínea c) do mesmo Enquadramento;
- Saldo elevado na conta Estado (Passivo) – efeito da estimativa de imposto a liquidar para o exercício de 2014.

FLUXOS DE TESOURARIA

(k€)

	2014 (Orç)	2013 (Real)	(2014 (Orç) vs 2013 (Real))	
			≠	%
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de clientes	34.042	39.566	-5.523	-14,0%
IVA de clientes	7.830	9.100	-1.270	-14,0%
Pagamentos a fornecedores	1.564	616	948	153,9%
IVA a fornecedores	360	142	218	153,9%
Pagamentos a fornecedores S/ IVA	25.302	20.815	4.486	21,6%
Pessoal	176	173	3	1,6%
TSU+IRS retido (s/remunerações)	137	143	-6	-4,2%
Fluxo gerado pelas operações	14.334	26.777	-12.443	-46,5%
Recebimento do imposto s/rendimento		250	-250	-100,0%
Pagamento do imposto s/ rendimento	22.391	70	22.321	31887,2%
Outros recebimentos		1	-1	-100,0%
Outros pagamentos	0	0	0	169,4%
IVA recebido(regularizações)				
IVA pago(regularizações)	7.979	8.997	-1.018	-11,3%
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	-30.370	-8.816	-21.554	244,5%
Recebimentos extraordinários				
Pagamentos extraordinários				
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	-16.036	17.961	-33.997	-189,3%
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos de:				
Investimentos financeiros				
Imobilizações corpóreas				
Venda de reservas	1.675	110.000	-108.325	-98,5%
Juros de aplicações e rendimentos similares	548	601	-53	-8,8%
Pagamentos de:				
Aquisição de reservas	80		80	100,0%
Imobilizações corpóreas				
IVA	27		27	100,0%
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	2.116	110.601	-108.485	-98,1%
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos de:				
Empréstimos médio/longo prazo		122.080	-122.080	-100,0%
Capital e aumentos de capital				
Cobertura de risco de taxa de juro				
Cobertura de risco de taxa de juro		129.746	-129.746	-100,0%
Juros de emp de cp.is e outros gastos financeiros		122.783,68	-122.784	-100,0%
Juros de emp de médio/longo prazo	1.607	2.173	-566	-26,1%
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-1.607	-132.623	131.016	-8153,8%
VARIAÇÃO DE FLUXOS	-15.527	-4.061	-11.466	282,4%
SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO	18.304	22.367	-4.063	-18,2%
SALDO NO FIM DO PERÍODO (antes de aplicações)	2.778	18.307	-15.529	-84,8%

APLICAÇÕES DE TESOURARIA	2014	2013 (Real)	(2014 vs 2013 (Real))	
montante inicial	27.200	31.500	-4.300	-13,7%
constituição	68.300	66.900	1.400	2,1%
desmobilização	85.400	71.200	14.200	19,9%
montante final líquido	10.100	27.200	-17.100	-62,9%
montante indisponível a curto prazo (CEDIM)	10.100	10.100		
montante disponível (CEDIC)		17.100	-17.100	-100,0%
SALDO NO FIM DO PERÍODO (depois de aplicações)	2.778	1.203	1.574	130,8%

Os fluxos de tesouraria estimados para 2014 refletem na sua generalidade o elevado montante de pagamento de impostos ao estado (previsto total de 22,4M€, não obstante a possibilidade em aberto da não necessidade de liquidação do 3º pagamento por conta a ocorrer em Dezembro de 3,5M€) e como consequência a forte redução de disponibilidades de tesouraria da ENMC.

IV - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DE GESTÃO - 2014

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	(K€)		
	2012	2013	2014
	Real	Real	Orçamento
RENDIMENTOS OPERACIONAIS			
Venda de produtos		179.516	50.432
Prestação de serviços	37.922	38.141	27.393
Rendimentos suplementares	541	458	
Trabalhos para a própria empresa			
Outros rendimentos e ganhos operacionais		1.770	
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	38.463	219.885	77.825
GASTOS OPERACIONAIS			
CMVC		69987	23.002
Fornecimentos e serviços externos			
Subcontratos	21.466	22.291	22.719
Outros FSE	534	455	675
Gastos com pessoal	222	335	321
Amortizações	6	5	30,0
Provisões			3.219
Impostos			
Out. gastos e perdas operac. (dotação fundo estatutário)		1.498	0
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	22.229	94.571	49.966
RESULTADOS OPERACIONAIS	16.234	125.314,0	27.859
Rendimentos de aplicações financeiras	954	766	741
Outros juros obtidos e proveitos similares			
Cobertura de risco de taxa de juro (ganhos)			
Diferenças de câmbio favor. e outros ganhos fin.			
Cobertura de risco de taxa de juro (perdas) / Juros Emp. IGCP	12.623	124.323	
Diferenças de câmbio desfavor. e outros perd fin.			
Juros suportados e custos similares	4.466	1.744	1.589
RESULTADOS FINANCEIROS	-16.134	-125.301	-848
Ganhos de exercicios anteriores			
Perdas de exercicios anteriores	41	11	1.339
Imposto sobre o rendimento do exercício	31	11.896	4.382
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	28	-11.894	21.290
EBITDA	16.240	125.319	31.108

BALANÇO 2012-2014

	(K€)		
	2012	2013	2014
	Real	Real	Orçamento
Equipamento administrativo	90	171	247
Investimentos financeiros	10.100	10.100	10.100
Amortizações	83	88	118
	10.107	10.183	10.229
GPL	3.262	3.262	2.175
Gasolina	24.143	24.143	24.143
Gasóleo	139.728	139.807	169.058
Fuel óleo			21.091
Crude	182.467	112.480	159.041
	349.601	279.692	375.508
Clientes c/c	2.989	72.666	391
Estado	252		10.849
Outros devedores	2		
	3.242	72.666	11.240
Aplicações de tesouraria	21.400	17.100	
acrécimo de rend de aplic	411	373	386
Depósitos bancários	967	1.206	2.777
Caixa	1	1	1
	22.778	18.680	3.164
Devedores e credores por acréscimos	5.165	5.894	4.873
Gastos a reconhecer	18	25	28
	5.183	5.919	4.901
TOTAL DO ACTIVO LÍQUIDO	390.912	387.140	405.042
Capital estatutário	250	250	250
Reservas de reavaliação	5.876	5.903	
Fundo c) artº 5º DL 339-D/2001	12.296	13.794	13.794
Resultados transitados	2.473	2.473	-3.517
	20.895	22.420	10.527
Resultado líquido	27	-11.894	21.290
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	20.923	10.526	31.817
Fundo de Provisão			
Provisões para impostos			3.219
Outras provisões			
Empréstimo p/ obrigações	366.567	360.019	360.002
Empréstimos bancários			
Fornecedores c/c		608	884
Fornecedores de imob c/c			
Estado	1.414	13.191	5.501
Outros credores	39	39	52
	1.453	13.838	6.437
Credores por acréscimos de gastos	1.969	2.757	3.567
Rendimentos a reconhecer			
	1.969	2.757	3.567
TOTAL DO PASSIVO	369.989	376.614	373.225
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	390.912	387.140	405.042

FLUXOS DE TESOURARIA 2012-2014

		2012		2013		2014	
		(k€)					
Actividades operacionais							
	Recebimentos de clientes	44.723,1		48.667,3		41.872,0	
	Pagamentos a fornecedores	-22.644,4		-21.573,0		-27.225,0	
	Pagamentos ao pessoal	-132,0		-173,0		-176,0	
	Fluxo gerado pelas operações	21.946,7		26.921,3		14.471,0	
	Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	172,0		179,0		-8.115,0	
	Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	-8.451,9		-9.140,0		-22.391,0	
	Fluxos gerados antes das rubricas	13.666,8		17.960,3		-16.035,0	
	Recebimentos relacionados com as rubricas extraordinárias						
	Pagamentos relacionados com as rubricas extraordinárias						
	Fluxos das actividades operacionais (1)	13.666,8		17.960,3		-16.035,0	
Actividades de investimento							
	Recebimentos provenientes de						
	Investimentos financeiros						
	Imobilizações corpóreas						
	Imobilizações incorpóreas						
	Venda de reservas			110.000,0		1.675,0	
	Juros e proveitos similares	777,1		601,0		548,0	
	Dividendos						
	Sub-total	777,1		110.601,0		2.223,0	
	Pagamentos respeitantes a:						
	Investimentos financeiros						
	Imobilizações corpóreas	-4,0					
	Aquisição de reservas					-107,0	
	Sub-total	-4,0		0,0		-107,0	
	Fluxos das actividades de investimento (2)	773,1		110.601,0		2.116,0	
Actividades de financiamento							
	Recebimentos provenientes de						
	Empréstimos obtidos			122.080,0			
	Aumento de capital						
	Subsídios de doações						
	Vendas de acções (quotas) próprias						
	Cobertura de prejuízos						
	Juros e prov. similares						
	Dividendos						
	Sub-total	0,0		122.080,0		0,0	
	Pagamentos respeitantes a:						
	Empréstimos obtidos						
	Amortização de contratos de locação financeira						
	Juros e custos similares	-13.468,0		-254.704,0		-1.607,0	
	Dividendos						
	Reduções de capital						
	Sub-total	-13.468,0		-254.704,0		-1.607,0	
	Fluxos das actividades de financiamento (3)	-13.468,0		-132.624,0		-1.607,0	
	Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	971,9		-4.062,7		-15.526,0	
	Efeito do custo amortizado em Caixa e equivalentes no período	36,7		2,7			
	Efeito do custo amortizado em Caixa e equivalentes no período anterior	-119,5		-36,7			
	Efeitos das diferenças de câmbio	-0,4		-0,1			
	Caixa e seus equivalentes no início do período	21.515,3		22.404,0		18.307,2	
	Caixa e seus equivalentes no fim do período	22.404,0		18.307,2		2.781,2	

PLANO DE INVESTIMENTOS 2012-2016

	(K€)				
	2012 Real	2013 Real	2014 Orçamento	2015 Plano	2016 Plano
Corpóreo	0,0	75,2	75,9	0,0	0,0
TOTAL	0,0	75,2	75,9	0,0	0,0
AMORTIZAÇÕES	6,4	4,9	29,8	48,6	48,6
taxa de amortização					
AMORT. ACUMULADAS	83,4	88,3	118,1	166,7	215,3

PLANO DE FINANCIAMENTO 2012-2016

	(K€)				
	2012 Real	2013 Real	2014 Orçamento	2015 Plano	2016 Plano
CAPITAL EM DÍVIDA (inicial)	360.000	360.000	360.000	360.000	360.000

PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS

Designação	(Unid.: euros)							Observações
	Execução 2010	Execução 2011	Execução 2012	Execução 2013	Orçamento 2014	Plano 2015	Plano 2016	
CMVMC (€)	0,00	0,00	0,00	69.987.321,53	0,00	0,00	0,00	
FSE (€)	20.011.969,05	20.328.697,26	22.000.435,34	21.440.313,76	21.728,05	21.447.475,03	20.001.337,38	Aumento decorre da reestruturação
Despesas com deslocações (€)	5.487,99	2.983,13	3.457,23	4.783,76	15.000,00	164.800,00	165.394,00	Deslocações e estadas
Despesas com ajudas de custo (€)	0,00	417,13	857,73	888,38	0,00	30.000,00	0,00	
Despesas com alojamento (€)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Despesa incluída em "Deslocações e estadas"
Despesas com comunicações (€)	7.089,61	6.869,04	8.245,39	7.239,19	16.800,00	58.800,00	59.196,00	
Gastos com pessoal (€)	281.278,59	237.646,04	222.041,22	335.304,81	484.022,54	1.025.806,90	1.025.806,90	Aumento pessoal em 2014 (+ 4 técnicos)
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	2	2	2	2	3	3	3	Não inclui ROC (prestação de serviços)
Gastos com Órgãos Sociais (€)	181.768,04	152.399,63	143.601,79	190.025,68	277.380,99	235.390,84	235.390,84	Em Junho 2013 foi pago indemnização ao Ex-
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	3	3	3	3	7	17	17	
Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)	99.510,55	74.046,41	78.439,43	93.766,01	206.641,55	790.416,06	790.416,06	
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	0	0	0	0	0	0	0	
Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Corte nos Subsídios de Férias e de Natal (€)	0,00	0,00	41.751,24	0,00	0,00	0,00	0,00	
Rescisões / Indemnizações (€)	0,00	11.200,00	0,00	51.513,12	0,00	0,00	0,00	Saída Ex-Presidente 2013
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
EBITDA (€)	9.367.818,72	8.476.952,26	16.199.225,69	125.307.490,72	31.108.234,32	973.800,57	123.296,62	
Conservação e Reparação (€)	2.440,73	2.114,01	1.469,58	3.000,00	3.208,08	35.400,00	35.664,00	Aumento decorre da reestruturação
Prazo Médio Pagamentos	10	34	33	35	14	0	0	

V-SUSTENTABILIDADE NOS DOMÍNIOS SOCIAL, ECONÓMICO, AMBIENTAL E ORGANIZACIONAL

SÍNTESE CONCLUSIVA

O anterior documento, formalizado em 1 de novembro de 2013, presumia que a Diretiva 2009/119 CE do Conselho, de 14 de Setembro de 2009, estaria transposta até ao final do corrente ano, assim como os novos Estatutos da ENMC E.P.E., circunstância que veio a acontecer em 16 de dezembro de 2013, através da publicação do Decreto-lei nº 165/2013, em que se procede à reestruturação da EGREP: renomeando-a para ENMC e publicando novos Estatutos, procedendo ao alargamento das suas competências, na sequência dos processos de reestruturação da DGEG e LNEG. Aguarda-se a publicação da Portaria que formalize a transferência das competências da DGEG e do LNEG para a ENMC, E.P.E.

A análise da sustentabilidade da ENMC conduz-nos a conclusões diversas consoante a ótica.

Não se colocam questões especiais quanto à sustentabilidade social e ambiental, a sustentabilidade económica enfrenta riscos significativos, decorrentes sobretudo da envolvente económica portuguesa, a sustentabilidade organizativa com a criação da Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis – ENMC E.P.E., irá merecer por parte do Conselho de Administração especial atenção, de um lado manter um quadro organizativo com potencial de crescimento, por outro manter uma estrutura com o mínimo de recursos versus desafios por forma a garantir competitividade face aos operadores e maximização das competências.

A Sustentabilidade envolve o diagnóstico das necessidades atuais e futuras, e do consequente planeamento de ações estratégicas dirigidas a garantir as melhores condições do desenvolvimento da organização, atentas as necessidades sociais, os fins da organização e os meios a que pode recorrer, visando uma interação mutuamente positiva entre a organização e o seu meio envolvente. Nesta área iremos aportar as melhores práticas através de um diálogo constante com as nossas congéneres Europeias.

O diagnóstico da sustentabilidade da ENMC apresenta conclusões mistas, consoante a vertente: se, nos domínios social e ambiental, não se nos deparam grandes questões, já nos domínios económico estamos perante desafios cuja superação depende de variáveis exógenas, de evolução incerta mas determinantes.

1. Sustentabilidade Social

A futura Unidade de Reservas Portuguesa (URP, que será um dos departamentos da ENMC E.P.E.) é um instrumento da política de segurança do abastecimento, no domínio da energia. Tendo em vista que o petróleo continuará a ser, por muitas décadas ainda, a principal fonte de energia primária, a existência de reservas de segurança dos respetivos produtos pode ser considerada como um reforço da garantia do normal desenvolvimento da vida económica e social. Neste sentido, a existência de reservas de segurança de derivados de petróleo – com o atual modelo organizativo ou outro – decerto contribui para a normalidade da qualidade de vida da sociedade.

A ENMC e a futura Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) são sustentáveis do ponto de vista social.

2. Sustentabilidade Ambiental

A ENMC atua no domínio do petróleo e seus derivados, mas é fundamentalmente uma gestora de contratos, não operando diretamente instalações ou processos logísticos.

Em 2010, as fontes não-renováveis de energia responderam por 87% do consumo mundial, sendo a parte dos derivados de petróleo de 34%; em 2030, prevê-se que estas proporções evoluam para, respetivamente, 82% e 28%². Assim, independentemente de as preocupações ambientais estarem cada vez mais na ordem do dia, as fontes não renováveis de energia continuarão, no futuro previsível, a ser parte indispensável das fontes de energia. Nestes termos, enquanto o recurso a combustíveis fósseis continuar a ser indispensável para o funcionamento da economia e do modo de vida das sociedades, a questão ambiental ter-se-á que colocar em termos do controlo e minimização das externalidades negativas para o ambiente, sem que haja alternativa realista.

A ENMC e a futura URP apenas operará com entidades dotadas de gestão e tecnologias modernas, sujeitas a regulamentação avançada e ao escrutínio das autoridades competentes. A sustentabilidade ambiental da ENMC, no seu modelo atual, não se distingue, pois, da sustentabilidade do setor petrolífero em geral, sendo quase nula a sua capacidade de intervenção autónoma.

Não se colocam questões especiais à sustentabilidade da ENMC no domínio ambiental.

² BP Energy Outlook 2030, Janeiro de 2012.

3. Sustentabilidade Económica

Devemos distinguir entre a sustentabilidade do modelo de entidade de reservas em termos teóricos, e da sustentabilidade da ENMC, futura URP em concreto.

A existência de uma entidade, privada ou estatal, para gerir a totalidade ou parte das reservas de segurança de produtos petrolíferos corresponde à solução adotada pela esmagadora maioria dos países-membros da OCDE e da União Europeia, pelas vantagens percebidas ao nível da segurança do abastecimento energético. Assim sendo, a primeira condicionante a que está sujeita a sustentabilidade da ENMC reside na natureza da sua missão: a inevitabilidade do recurso, em larga escala, a combustíveis fósseis, confere à partida sustentabilidade a uma entidade que assegure a manutenção do nível desejado de reservas de segurança. Dada a distribuição geográfica das reservas de hidrocarbonetos e a sua evolução previsível, os maiores consumidores – as economias desenvolvidas e a maioria das grandes economias emergentes – terão sempre limitada a sua autossuficiência, enquanto os grandes produtores se inserem, frequentemente, em regiões do globo caracterizadas por elevada volatilidade política e social, apresentando-se como complexos problemas geoestratégicos. Nestes termos, o potencial para crises de abastecimento é, e continuará a ser, elevado, não se vislumbrando potencial para que tal estado de coisas registe evolução relevante.

Na medida em que este tipo de entidade opera sem fins lucrativos, sujeita à fiscalização dos Estados respetivos, terá, à partida, condições para que a sua atividade se traduza em benefício para o setor e para os consumidores, o que é condição da sua aceitação e, logo, da sua sustentabilidade. De facto, os operadores do setor – destinatários diretos da nossa atividade – podem no quadro futuro da URP (parte da nova ENMC- Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, E.P.E.), assegurar vantajosamente a manutenção das reservas de segurança, com um custo bastante competitivo.

A sustentabilidade da ENMC, E.P.E., depende da sua possibilidade de desempenhar cabalmente a sua missão de adquirir, manter e gerir as reservas de segurança a seu cargo.

Neste domínio, a plena transposição da Diretiva 2009/119/CE, para o Direito Português, bem como a alteração dos Estatutos da ENMC E.P.E., e a sua redenominação para ENMC, Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, E.P.E., têm uma importância crucial.

- a) Aquisição de reservas: a transposição para a legislação nacional das normas contidas em diretivas europeias sobre os processos de aprovisionamento, estará em sintonia com o estatutos da futura ENMC E.P.E., quanto ao regime de aquisição de reservas e rotação de existências, regendo-se pelas regras e procedimentos em uso no referido mercado, devendo salvaguardar a estrita obediência aos princípios desse mercado:
- i. Concorrência e não discriminação de potenciais fornecedores;
 - ii. Documentação e auditabilidade dos procedimentos;
 - iii. Adjudicação pelo menor custo, ou pela proposta economicamente mais vantajosa;
 - iv. Salvaguarda do cumprimento dos contratos por parte dos contratantes;
 - v. A rotação de existências deverá obedecer ao princípio de levantamento e reposição no prazo de 90 dias;
- b) Gestão das reservas: Os estatutos da nova ENMC Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis E.P.E., resolveram de imediato a operação de troca da rama de crude armazenada na Alemanha.
- c) Venda de reservas excedentárias: as reservas da ENMC não se destinam a operações comerciais, estando registadas a custo de aquisição, tal como previsto nos seus estatutos e à semelhança do que ocorre com a generalidade das suas congéneres. Assim sendo, caso as venda, registará um ganho significativo³. De acordo com os novos estatutos da ENMC E.P.E., qualquer venda exige autorização prévia dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Energia.

O preço de venda de qualquer produto não deve ser inferior ao preço médio de aquisição das existências desse produto. Qualquer mais-valia em sede de IRC não será tributada por forma a não levar à redução da capacidade financeira da futura ENMC, E.P.E., para proceder ao reaprovisionamento, numa conjuntura em que o acesso de entidades portuguesas ao mercado de financiamento estão extremamente dificultados.

De realçar que na sequência de decisão do Governo Português, em 6 de junho de 2013, de fazer cessar com data-valor de 13 de junho o contrato de cobertura de risco de taxa de

³ Como ocorreu em 2005, por ocasião da crise do furacão *Katrina*,

juízo celebrado em 29 de janeiro de 2009, poderá em situações de grande incremento da Euribor afetar negativamente a rubrica de financiamento, com o potencial impacto no custo das reservas.

A sustentabilidade económica da ENMC depende igualmente da sua capacidade de ser competitiva nos custos, apresentando-se assim como um benefício para o setor, e assim tem sido desde o início. Todavia, o orçamento de Estado para 2014 veio introduzir limitações à dedutibilidade, em sede de IRC, de parte dos custos financeiros. Numa entidade como a ENMC, que financia a 100% as suas aquisições de reservas, o impacto negativo é relevante, e conduzirá à necessidade de aumentar o preço dos seus serviços para recuperar o imposto que passa a pagar. Recordam-se os traços essenciais do modelo de financiamento da ENMC:

- Os custos operacionais são integralmente recuperados através do preço dos serviços (as “Custo de Armazenagem ” faturados aos operadores);
- O resultado líquido deve ser tendencialmente nulo (nulo em termos de orçamentação);
- As reservas são financiadas com financiamento alheio.

Este modelo de financiamento não constitui uma especificidade portuguesa, antes corresponde à prática generalizada na União Europeia

A sustentabilidade económica da ENMC enfrenta desafios relevantes, determinados pela envolvente económica portuguesa, bem como da correta implementação da Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis E.P.E. (ENMC).

4. Sustentabilidade Organizacional

A sustentabilidade organizativa com a criação da Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis – ENMC E.P.E., irá merecer por parte do Conselho de Administração especial atenção, de um lado manter um quadro organizativo com potencial de crescimento, por outro manter uma estrutura com o mínimo de recursos versus desafios por forma a garantir competitividade face aos operadores e maximização das competências.

Uma organização sustentável deve ter a sua estrutura adequada às funções que quer desempenhar, os meios humanos para lhes dar corpo e o saber necessário ao mesmo fim. A sustentabilidade requer que o saber seja da organização, e não apenas de um ou outro dos seus colaboradores.

Até ao momento, o conhecimento específico residia integralmente nos administradores executivos que, por natureza, exercem funções a título temporário. Desde então, ocorreu a contratação de um técnico, que tem vindo a modelizar e absorver conhecimentos na área do controlo de gestão e, no último semestre, efetuou-se a contratação de mais técnicos. Mas a situação de vulnerabilidade persiste, embora em grau menor. A totalidade do conhecimento da ENMC reside em 3 pessoas, 2 das quais com contrato limitado no tempo, daí a importância de uma correta implementação da Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, E.P.E. (ENMC).

O facto de a ENMC ter sido constituída como integrante do Setor Empresarial do Estado vedar-lhe o recurso direto a gestores das empresas do setor petrolífero, contrariamente ao que ocorre nos outros Estados-Membros, e o recurso a eles via contratação é impedido pelo grande desnível remuneratório.

Na organização reside ainda uma fragilidade, que se espera ver resolvida com a total implementação da ENMC, E.P.E.

Lisboa, 28 de Novembro de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Carmona
(Presidente)

José Reis
(Vogal)

ATA NÚMERO 20

Aos doze dias do mês de Novembro de dois mil e treze, pelas nove horas e trinta minutos, na Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício D, 1º andar, em Lisboa, reuniu o Conselho Consultivo da EGREP – Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E.P.E. (EGREP), pessoa coletiva número 506084361, com o capital social de duzentos e cinquenta mil euros, integralmente realizado, regularmente convocado nos termos dos artigos 18º e 19.º dos Estatutos da EGREP, aprovados e publicados no Anexo II do Decreto-lei Lei nº 339-D/2001, de 28 de Dezembro, e republicados em Anexo ao Decreto-Lei n.º 242/2008, de 18 de Dezembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1: Emitir parecer sobre Relatório e Contas de 2012;

Ponto 2: Análise da transposição da Diretiva 2009/119/CE e novos Estatutos da EGREP ;

Ponto 3: Emitir parecer sobre Vendas de Reservas;

Ponto 4: Aprovação do Plano e Orçamento de 2014;

Encontravam-se presentes os seguintes membros do Conselho Consultivo: o senhor Engº Pedro Henriques Gomes Cabral, Diretor-geral de Energia e Geologia e presidente deste conselho, o senhor Professor José Azevedo Pereira, Diretor-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, a senhora Eng.ª Cristina Cachola, também em representação do senhor Dr. Luis Palha, o senhor Engº António Comprido em representação da APETRO, o Dr. Paulo Carmona e o Dr. José Reis, respetivamente presidente e vogal do conselho de administração, bem como os membros do Conselho fiscal Dr. Carlos Pereira, Drª Cristina Pereira Freire e Engº António Teixeira Souta respetivamente presidente e vogais do Conselho Fiscal a título de observadores, conforme artº 16º dos estatutos.

Dando início aos trabalhos, o presidente solicitou ao conselho de administração da EGREP que assumisse o secretariado da reunião, obtendo a respetiva anuência.

Entrando-se na ordem de trabalhos:

Ponto 1: Emitir parecer sobre Relatório e Contas de 2012: e a pedido do presidente do Conselho de Administração, o Dr. José Reis fez uma análise sucinta dos principais aspetos que caracterizaram o ano de 2012. A pedido do senhor Presidente do Conselho Consultivo os Membros do Conselho Fiscal informaram nada terem a acrescentar face à análise do ano de 2012 efetuada pelo Conselho Fiscal, bem como relatório do Revisor Oficial de Contas.

Assim o Conselho Consultivo aprovou o Relatório e Contas de 2012, com base no Parecer do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

Ponto 2: Análise da transposição da Diretiva 2009/119/CE e novos Estatutos da EGREP: O Dr. Paulo Carmona transmitiu alguns pontos técnicos do diploma que está para promulgação onde serão criadas as novas bases da empresa que substituirá a EGREP E.P.E., por redenominação para ENMC E.P.E.- Entidade Nacional do Mercado de Combustíveis, com implicações na discussão dos pontos seguintes da ordem de trabalhos.

Ponto 3: Emitir parecer sobre Vendas de Reservas: O senhor Dr. Paulo Carmona, referiu que não sendo possível colocar à disposição dos presentes o diploma que se encontra em fase de aprovação por um órgão de soberania, no seu Artigo 17º a intenção do legislador é considerar Reservas Excedentárias as Reservas para além dos 30 dias. Tal venda poderá ser efetuada após parecer não vinculativo do Conselho Consultivo e aprovação da Tutela.

O Sr. Engº António Comprido da APETRO, informou o Conselho Consultivo, que todos os seus associados não têm nada a obstar que no processo de venda e recomposição de reservas seja efetuado com a GALP, dados os níveis de transparência demonstrados e os montantes e quantidades requeridas no tipo de transações que serão efetuadas.

O senhor Presidente do Conselho Consultivo propôs a elaboração de um parecer, o qual se anexa à presente Ata, que será efetuado após esta reunião e circulado por todos os seus membros.

B





Ponto 4: Aprovação do Plano e Orçamento de 2014: Apresentação do Plano de atividades e relatório do orçamento para o exercício de 2014 (em anexo a esta ata).

Entrando-se no ponto quarto da ordem de trabalhos, e a pedido do presidente do Conselho Consultivo, o Dr. José Reis fez a apresentação do conteúdo dos documentos sujeitos a parecer, precedendo uma revista das realizações no exercício em curso. Nesta apresentação, abordaram-se os seguintes aspetos principais:

Ponto 4.1. Programa de atividades, controlo da execução de 2013:

- Posteriormente à análise do Plano de Emergência Interno do DPNL, reunião em Janeiro de 2013 com o Ministério da Defesa Nacional foi efetuada nova visita ao DPNL tendo-se verificado que existem algumas anomalias já revistas e outras ainda por terminar. Dado que uma das situações de maior risco prende-se com a não existência de uma porta corta-fogo entre 2 instalações elétricas fundamentais em 24 de Outubro de 2013 reunimos de novo com o Tenente Coronel Rosa Pereira no sentido de todas as questões estarem finalizadas até 31.12.2013:

- Aguardamos a reestruturação do sector público da energia para reiniciar esse processo;

- Os novos Estatutos da EGREP e a transposição da Diretiva são claros na isenção das normas do CCP para as compras de petróleos ou refinados e tickets, aplicando-se as regras em vigor nos respetivos mercados, dentro dos valores de transparência e auditabilidade;

- Com o abandono da caverna na Alemanha, esta deixa de ser uma questão a resolver.

Para além das atividades acima referidas:

- A EGREP preparou e enviou para a Tutela uma minuta de contrato de mútuo de reservas, a utilizar na eventualidade de libertação de reservas no

mercado nacional, no intuito de evitar a venda de reservas – e posterior necessidade de reposição de stocks, caso persista o impasse em torno da aplicabilidade do CCP, até à data ainda não houve qualquer decisão sobre a matéria;

- As principais ferramentas informáticas de gestão das reservas e de planeamento e controlo de gestão foram totalmente convertidos em modelos Excel Visual Basic, obtendo-se maior segurança, consistência e eficiência; todavia ainda é insuficiente para a gestão interna da EGREP dado a sua complexidade;
- O processo de rotação do gasóleo, não concluído em 2012 devido a operações militares, transitou para Janeiro de 2013, veio a terminar em 12 de Fevereiro de 2013 devido às adversas condições atmosféricas registadas em Janeiro.

Ponto 4.2. Programa de atividades para 2014:

Reorganização da EGREP com novas competências e recursos:

Relacionamento Internacional:

- Maior integração na “rede” da ACOMES de forma a assimilar as boas práticas na organização das reservas, no sector, nos tickets e na transposição da Diretiva em geral;
- Negociação com Espanha o tema da reciprocidade;

Revisão de contratos de armazenagem e de seguros:

- Dada a queda generalizada dos custos de armazenagem irá a EGREP renegociar todos os contratos de armazenagem que sejam passíveis de renegociação;
- Incluir nos seguros a cláusula de impacto ambiental;

Realocação das reservas detidas na Alemanha para Portugal

- A concluir em parceria com a Galp até 30 de Junho de 2014

Compra de Tickets por forma a aumentar a cobertura:

- Formação sobre este mercado;
- Participação ativa no mercado de tickets europeu até ao limite definido pela tutela e recomendado pelos operadores;
- Promoção de contrato de tickets com operadores portugueses que estejam em condições de os vender;

Participação na elaboração de nova legislação:

- Transposição da Diretiva SEVESO III;
- Qualidade dos combustíveis;
- Lei de bases do sistema petrolífero;

Implementação de novo sistema de software:

- Específico para a gestão das reservas e suas prestações;
- Integração da informação recolhida junto dos operadores e sua utilização para os diversos fins públicos e europeus;
- Portais de informação pública e reservado aos operadores;

Ponto 4.3. Orçamento de exploração:

- Saliu-se que, uma vez mais, a queda dos consumos de combustíveis ultrapassou as expectativas incorporadas no orçamento para o ano em curso, tendo como resultado a geração de proveitos insuficientes para cobrir a totalidade dos custos da EGREP. As perdas apuradas no ano serão objeto de recuperação em 2014. A EGREP baseia as suas estimativas de mercado na conjugação das expectativas comunicadas pelos principais operadores;

- Analisou-se a evolução orçamentada para os custos e proveitos em 2014, constatando-se que os custos da EGREP deverão sofrer um incremento global de 7%, sem considerar a variação resultante do término do derivado. Considerando a comparação com 2013, incluindo os custos com o derivado os custos sofrem uma redução de -34%. Apresentaram-se as "prestações" (preços do custo de

armazenagem da Entidade Central de Armazenagem, nova EGREP) decorrentes da proposta orçamental, e analisaram-se os fatores da respetiva evolução face ao ano em curso, salientando-se que a sua redução resulta fundamentalmente da redução dos custos financeiros (-34%). Terminada a apresentação, o presidente convidou os presentes a apresentarem as dúvidas e fazerem os comentários que entendessem.

Tomando a palavra, o senhor Eng^o António Comprido manifestou o seu agrado pela descida dos custos financeiros e Armazenagem, tendo afirmado que a monitorização dos mesmos são fundamentais. Finalmente vê com alguma apreensão a subida de custos em fornecimentos e serviços externos e custos com pessoal, apesar da sua fraca expressão nos custos totais da EGREP.

A Senhora Eng^a Cristina Cachola realçou a importância da garantia de equidade com as práticas no mercado de Espanha no que se refere a gestão de reservas, nomeadamente no que diz respeito a dias de reservas a cargo da entidade "Egrop/Cores" e ao modo como poderão vir a ser realizadas as reservas bilaterais.

No final de todas as intervenções e atentos os pontos expostos, o Conselho Consultivo dá parecer favorável à proposta de orçamento de exploração e plano de atividades para 2014 apresentados pelo conselho de administração da EGREP.

Finda a apresentação, e nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas treze horas, para elaboração da presente ata, que vai ser assinada pelos presentes.

Presidente do Conselho Consultivo

Engº Pedro Henriques Gomes Cabral, Diretor-Geral de Energia e Geologia:

Vogais do Conselho Consultivo

Professor José Azevedo Pereira, Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira:

Eng.ª Cristina Filomena Cachola

Eng.ª Cristina Filomena Cachola, em representação do Engº Luís Palha:

Engº António Comprido, em representação da Apetro:

Dr. Carlos Pereira, Presidente do Conselho Fiscal

Dr.ª Cristina Pereira Freire Vogal do Conselho Fiscal

Engº António Teixeira Souta, Vogal do Conselho Fiscal

Conselho de Administração:

Dr. Paulo Carmona

Dr. José Reis

PARECER DO CONSELHO FISCAL
DA
ENMC – ENTIDADE NACIONAL PARA O MERCADO DE COMBUSTÍVEIS, E.P.E.
Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2014 (revisto em novembro de 2014)

1. NOTAS PRÉVIAS

O presente parecer corresponde ao terceiro emitido por este Conselho Fiscal e incide sobre a versão revista em cumprimento das orientações transmitidas à ENMC – Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E. (ENMC) pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, em novembro de 2014, no sentido do Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2014 (PAO 2014), na sua versão inicial, de novembro de 2013, ser reformulado, designadamente para contemplar os impactos fiscais das decisões da Autoridade Tributária sobre a tributação de mais-valias da venda de reservas no final de 2013 e de correções fiscais de exercícios anteriores.

Com efeito, o Conselho Fiscal pronuncia-se agora pela terceira vez sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2014 da ENMC, mediante solicitação do Conselho de Administração, tendo em conta que foi submetida a parecer deste órgão uma nova versão, datada de 28 de novembro de 2014. Com efeito, já foram emitidos dois pareceres, o primeiro em 31 de julho de 2014, sobre o Plano de Atividades revisto e re-orçamentação do ano de 2014, datados de 15 de maio de 2014, correspondente ao cenário de reestruturação da ENMC, e o segundo em 9 de novembro de 2014, sobre a versão inicial do Plano de Atividades e Orçamento de 2014, que foi objeto de parecer do Conselho Consultivo da empresa em novembro de 2013.

Como pontos prévios, o Conselho Fiscal entende dever reiterar os seguintes aspetos:

- 1.1. Os Estatutos da ENMC, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de dezembro, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 242/2008, de 18 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro, designadamente o seu artigo 15.º, não exigem o parecer prévio do Conselho Fiscal sobre o PAO;
- 1.2. O Conselho Consultivo da ENMC emitiu um parecer sobre o PAO 2014, na versão apresentada em novembro de 2013;
- 1.3. Nessa altura, nem o Conselho de Administração da ENMC nem o Conselho Consultivo solicitaram a emissão de parecer do Conselho Fiscal sobre o PAO 2014;
- 1.4. Pelos motivos acima referidos, o Conselho Fiscal não havia emitido qualquer parecer sobre o PAO 2014 até julho de 2014, altura em que foi emitido um parecer sobre uma versão revista do referido documento, na sequência do ofício n.º 3091, de 2 de junho de 2014 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças;

- 1.5. No dia 3 de dezembro de 2014, o Conselho Fiscal recebeu o pedido de emissão de novo parecer sobre a versão original do PAO 2014, datada de 1 de novembro de 2013, entretanto revista no final de novembro de 2014;
- 1.6. Estando já decorrido quase todo o ano a que se destina o orçamento, fica prejudicada a oportunidade da análise prospetiva sobre o mesmo, relevando a mesma apenas para os efeitos formais julgados convenientes.

2. APRECIÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2014 (versão revista datada de 28 de novembro de 2014)

2.1. Os documentos submetidos para parecer deste Conselho Fiscal resultaram da revisão do PAO 2014 realizada em 28 de novembro de 2014, sendo de realçar as seguintes alterações face ao inicial, nas contas de 2013:

- As contas de 2013 agora apresentadas para efeitos de comparativo com o orçamento de 2014 correspondem às contas reais, cuja aprovação, ao que temos conhecimento, ainda não ocorreu, e que foram objeto de parecer deste Conselho Fiscal em 7 de abril de 2014;
- A empresa fechou o exercício de 2013 com um resultado antes de impostos no montante de 2,5 mil euros e um resultado líquido negativo de 11,9 milhões de euros, sobretudo resultante da não-aceitação, por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), para efeitos fiscais, de uma parte dos custos financeiros com a liquidação antecipada do derivativo, ao mesmo tempo que foram tributadas as mais-valias geradas com a venda de uma parcela de reservas para gerar os fundos necessários para amortizar o empréstimo contraído para a liquidação antecipada do *swap*;
- Por essa razão, a situação líquida da empresa, no final de 2013, fixou-se em 10,5 milhões de euros, em vez de 22,4 milhões de euros previstos no orçamento de 2013.

2.2. Quanto às contas previsionais de 2014 constantes da versão revista do orçamento de 2014 agora em análise, foram considerados os valores reais da execução orçamental até setembro de 2014 e as estimativas até final do ano, pelo que os comentários que a seguir entendemos relevar assumem carácter de análise de execução orçamental relativamente às operações ocorridas até setembro de 2014:

- Vendas de produtos: a ENMC procedeu à venda e recompra de produtos petrolíferos que não estava prevista na versão inicial do orçamento, operação realizada no 2.º trimestre de 2014. De acordo com a informação prestada pelo Conselho de Administração, a ENMC procedeu à troca das ramas de crude, através da venda da rama Ural (83,6Kton) que estavam armazenadas na Alemanha e ainda a venda de 3Kton de gás butano, seguida da reposição do *stock*, através de compra de crude Basrah Light no mercado nacional, nos termos do artigo 15.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro, de forma a garantir a manutenção da qualidade das reservas e a sua conformidade com as especificações legalmente em vigor;

A operação referida no item anterior tem, portanto, enquadramento legal e é compreensível no âmbito do objetivo estratégico de concentração em território nacional da totalidade das reservas por si detidas;

- Porém, a referida venda gerou proveitos, não previstos inicialmente, de 50,4 milhões de euros e os correspondentes custos, no montante de 23 milhões de euros,

registados na rubrica de “*Custos de Mercadorias Vendidas e Consumidas*”, também não previstos na versão inicial do orçamento, apurando-se uma mais-valia, correspondente à diferença entre os proveitos gerados pela venda e os custos dos produtos vendidos, com impacto relevante no resultado líquido estimado para o exercício;

O Conselho Fiscal partilha da opinião do Revisor Oficial de Contas (Relatório sobre a execução do orçamento no 2.º trimestre de 2014) quanto ao eventual impacto fiscal desta operação, na medida em que “*o rendimento gerado pela venda ocorrida é sujeito a IRC nos termos gerais do respetivo Código, entendimento que não se altera mesmo que tal rendimento tivesse sido registado nos termos definidos nos estatutos, exceto no caso de previsão legal expressa de isenção das referidas operações em sede de imposto sobre o rendimento.*”;

Sem prejuízo da preocupação quanto à possível incidência de IRC, também considera este Conselho Fiscal que a disposição prevista no n.º 2 do artigo 21.º dos Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 165/2013, segundo a qual “*Não constitui rendimento da ENMC, E.P.E., o produto da venda de reservas de segurança que sejam aplicadas na aquisição de novas reservas...*”, ainda não estaria em vigor à data da operação, pelo que não seria aplicável, mesmo que o enquadramento contabilístico da ENMC o permitisse (de acordo com o Revisor Oficial de Contas, esta possibilidade não tem acolhimento no referencial contabilístico aplicável à empresa);

Contudo, o Conselho de Administração acautelou o pagamento do imposto, que foi considerado na demonstração de resultados estimada de 2014.

- A versão do orçamento agora apresentada incorpora também a regularização de perdas de exercícios anteriores no montante de 1,3 milhões de euros e uma provisão para impostos para fazer face à regularização parcial da tributação das mais-valias geradas em 2013 e imposto resultante de correções de exercícios anteriores;
 - As alterações atrás identificadas, entre a versão inicial do orçamento e a agora em apreciação, determinaram um resultado líquido estimado muito superior ao inicialmente previsto, ou seja, passou de uma previsão de 7 mil euros para uma estimativa de fecho de cerca de 21 milhões de euros, já deduzido do correspondente imposto.
- 2.3. Como se referiu em pareceres anteriores sobre o PAO 2014, a proposta de valores das prestações a pagar pelos operadores teve em conta a previsão de quantidades de reservas de segurança, os custos totais do exercício a recuperar e ainda a recuperação de perdas do exercício anterior;
- 2.4. O balanço previsional de 2014 na versão revista em apreciação apresenta um valor do ativo líquido total de 405.041 mil euros (superior ao valor inicialmente previsto) devido ao valor de aquisição do *stock* ser agora superior, uma vez que a empresa comprou uma quantidade semelhante de reservas a preço substancialmente superior àquele a que tinha adquirido as existências vendidas, o que justificou a mais-valia gerada, sacrificando contudo a eficiência fiscal, na medida em que parte da mais-valia será consumida por impostos;
- 2.5. O mapa de fluxos de caixa previsional evidencia um saldo no fim do período, antes de aplicações, de 2,778 milhões de euros (a versão inicial do orçamento previa 22,524 milhões de euros), sendo a alteração resultante da estimativa de impostos pagos e a pagar

em 2014 (inclui a tributação sobre mais-valias de 2013 e pagamentos por conta de 2014) no montante de 22,4 milhões de euros. A empresa deixou de contemplar a aplicação em CEDIC inicialmente prevista, no montante de 19 milhões de euros, por indisponibilidade de fundos, tendo previsto apenas renovar as aplicações de curto prazo existentes, mantendo, por isso, o saldo após aplicações no montante de 2,778 milhões de euros.

3. RECOMENDAÇÕES DA DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

No que respeita aos princípios a observar na elaboração dos planos de atividades, investimentos e orçamento para 2014 mencionados no ofício circular n.º 7037, de 21 de novembro de 2013, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, o Conselho Fiscal reitera os comentários já proferidos no ponto 3 do nosso parecer de 9 de novembro de 2014, na medida em que se mantêm, no essencial, os pressupostos aí considerados.

4. PARECER

Face ao exposto, ressaltando o facto de nos encontrarmos próximos do final do exercício a que respeita o documento em apreciação, o qual contempla a situação real reportada a 30 de setembro de 2014, somos de parecer que o Plano de Atividades e o Orçamento para 2014 da ENMC, na versão revista em novembro de 2014, refletem a prossecução da missão e objetivos estratégicos definidos nos seus Estatutos e as orientações gerais e específicas emanadas pelo Estado, merecendo a nossa concordância.

Ao Conselho de Administração e aos restantes colaboradores da ENMC, o Conselho Fiscal agradece a ajuda e a disponibilidade prestadas durante o desempenho das suas funções.

Lisboa, 17 de dezembro de 2014

O Conselho Fiscal,

Carlos António Lopes Pereira (Presidente)

Cristina Maria Pereira Freire (Vogal)

António José Teixeira Souta (Vogal)